

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/07/2025 | Edição: 125 | Seção: 1 | Página: 88

Órgão: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Gabinete da Ministra

PORTARIA Nº 1.011, DE 2 DE JULHO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 30434/DF, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00479/2025/PGU/AGU, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11582, resolve:

Restabelecer os efeitos da Portaria nº 231, de 5 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 67, Seção 1, pág. 20, de 8 de abril de 2024, que anulou a Portaria nº 2.484, 2 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 172, Seção 1, pág. 27, de 6 de setembro de 2004, a qual havia declarado IRINEU SARAIVA RODRIGUES anistiado político.

JANINE MELLO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 1.074, DE 3 DE JULHO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo Judicial nº 1006533-11.2019.4.01.3400, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00947/2025/CORESPNG/PRU1R/PGU/AGU, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23557, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 980, de 3 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 213, Seção 1, pág. 23, de 7 de novembro de 2016, para ratificar a condição de anistiado político de PEDRO PAULO DE ABREU PINHEIRO e conceder a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada no valor de R\$ 4.353,43 (quatro mil, trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos), com efeitos financeiros retroativos.

§ 1º Os valores retroativos deverão ser calculados com observância da prescrição quinquenal, contada a partir da data do ajuizamento da ação judicial.

§ 2º Deverão ser deduzidos, do montante apurado, os valores já recebidos em decorrência da Portaria nº 1.243, de 25 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 143, Seção 1, pág. 63, de 27 de julho de 2006.

§ 3º A apuração dos valores devidos a título de juros de mora e correção monetária deverá ser realizada pelo Juízo da execução ou pelo órgão pagador competente, conforme o Manual de Cálculos da Justiça Federal.

JANINE MELLO DOS SANTOS

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

